

EMPREGO BANCÁRIO

Bancos projetam lucros de R\$71 bilhões para 2018, mas demitem em massa

Nesta quarta (25), sindicato negocia com a Fenaban para defender o emprego e os direitos da categoria, diante das ameaças da nova legislação trabalhista

Foto: Nando Neves



VOCÊ NÃO ESTÁ SOZINHO - A solução no combate às demissões não está na individualização do problema. Somente a luta e mobilização coletiva podem garantir o emprego e uma melhor condição de trabalho

Os bancos faturaram no ano passado, R\$ 63,12 bilhões, uma alta de 12,27% em relação a 2016 (R\$ 56,22 bilhões). Mesmo diante de uma grave crise econômica que atinge em cheio o setor produtivo e aumenta o desemprego, o setor financeiro projeta para 2018, um crescimento de pelo menos 11,6% nos lucros, chegando a R\$71,4 bilhões. Apesar de tanto dinheiro, as instituições financeiras continuam demitindo em massa. Os bancos estão investindo R\$20 bilhões em tecnologia para reduzir custos com mão-de-obra, dispensando trabalhadores e fechando agências físicas, digitalizando as operações. As novas regras da legislação a partir da reforma trabalhista do governo Michel Temer (MDB) são mais uma ameaça para a garantia e a qualidade do emprego no Brasil. O Comando Nacional de-

fende que a contratação no setor seja feita apenas com bancários e não com terceirizados, mesmo com a permissão da terceirização de todas as atividades e setores das empresas, com a nova legislação.

2.846 POSTOS FECHADOS

Os bancos fecharam 2.846 postos de trabalho no país, entre janeiro e junho de 2018. Os dados são do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), divulgado pela subseção do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese) na Confederação Nacional dos Trabalhadores do Ramo Financeiro (Contraf-CUT), na última segunda-feira (23).

Itaú-Unibanco, Bradesco, Santander e Banco do Brasil, foram responsáveis pelo fechamento de 1.804 postos nos

seis primeiros meses do ano.

São Paulo registrou o maior saldo negativo no emprego bancário no período: 57,8% das admissões e 64,7% do total de desligamentos, com 955 postos fechados. Em seguida, Rio de Janeiro e Paraná foram os estados que mais fecharam postos: 724 e 358 respectivamente.

REFORMA TRABALHISTA

As demissões sem justa causa representaram 55,1% do total de desligamentos no setor bancário entre janeiro e junho de 2018. As saídas a pedido do trabalhador representaram 37,1% dos desligamentos. Foram registrados ainda 35 casos de demissão por acordo entre empregado e empregador. Essa modalidade de demissão foi criada com a aprovação da Reforma Trabalhista, imposta pelo Governo Michel Temer (MDB)

e com apoio do PSDB, do DEM e dos partidos panicos do chamado centrão.

A SOCIEDADE TAMBÉM PERDE

Segundo o Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (Idec), a estratégia dos banqueiros é a de economizar uma grana preta para faturar ainda mais dinheiro, sem repassar a redução de custos para o consumidor, que continua pagando tarifas cada vez mais caras e os maiores juros do planeta. "Os bancos trazem prejuízos para os bancários e para a sociedade, pois com menos caixas e funcionários para o atendimento, as filas aumentam, o atendimento piora, sobrecarregando os funcionários que continuam nas agências", critica a presidenta do Sindicato, Adriana Nalesso.

SÓ EM JUNHO**Brasil perde 661 empregos**

Os brasileiros percebem que, a cada dia, fica mais claro que a argumentação do governo Temer (MDB) de que “a reforma Trabalhista era necessária para o país gerar mais empregos” é uma tremenda balela. A mentira tem perna curta. De acordo com dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), divulgado na sexta-feira (20) pelo Ministério do Trabalho, o saldo entre contratações e demissões do mês de junho foi negativo: menos 661 empregos. Foram registrados no período 1.167.531 admissões e 1.168.192 desligamentos. É a primeira vez no ano que o saldo é negativo.

O último resultado negativo foi registrado em dezembro de 2017, quando, logo após a aprovação da nova legislação, o Brasil perdeu 328.539 empregos com carteira assinada.

ACABAR COM DIREITOS

Em abril, o País havia criado 121.146 empregos, mas em maio o número já havia caído expressivamente para apenas 33.659 postos de trabalho.

Para o presidente da CUT, Vagner Freitas, está cada vez mais claro que a reforma trabalhista, ao contrário do que foi vendido pelos golpistas, foi aprovada para acabar com os direitos da classe trabalhadora.

“O fim da CLT e a legalização do bico e de formas fraudulentas de contrato de trabalho e a condução da política econômica do governo Temer são um desastre e têm agravado o cenário de desemprego e a falta de expectativa da população brasileira”, disse Vagner.

JURÍDICO EM AÇÃO

Sindicato garante que Itaú pague corretamente verba salarial

Foto: Vanor Correa

Parece não ter fim o estoque de espertezas do Itaú para lesar os bancários. Neste rol está a gratificação semestral dos funcionários originários do Unibanco. A verba correspondia a um salário e era pago ao fim de cada semestre, em janeiro e julho. A partir de janeiro de 1996 foi transformada em “vantagem pessoal” (Vantagem Pessoal Dissídio Coletivo/77). O valor dividido por seis passou a ser creditado mensalmente, na razão de 1/6 da remuneração.

DIREITOS RECUPERADOS

O Itaú, no entanto, deixou de corrigir corretamente a verba que passou, já em 1997, a não mais corresponder a 1/6 da remuneração. O Sindicato descobriu e colocou seus advogados à disposição dos bancários atingidos. No dia 27 de junho deste ano, a juíza Alba Valéria Guedes Fernandes da Silva, da 80ª Vara do Trabalho do Rio de Janeiro e no dia 17 de julho a juíza Luciana Gonçalves de Oliveira, da 58ª Vara do Trabalho determinaram o pagamento correto da verba e dos atrasados, com impacto so-



Ronaldo Gonzaga (à esquerda, durante paralisação no Itaú), diretor do Sindicato: “Mais esta vitória mostra a importância de os bancários procurarem o Sindicato”

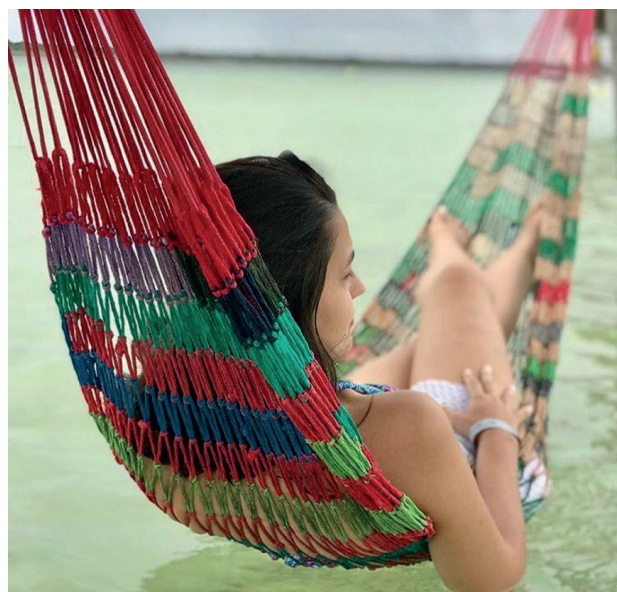
bre a Previdência Social e o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, respectivamente para os bancários Ivan Ricardo de Souza e Tânia Huddo el Ajouze.

JUROS E CORREÇÃO

As magistradas determinaram a incidência de correção monetária e

juros sobre a diferença a ser saldada pelo Itaú. “Mais esta vitória da categoria e do Sindicato mostra a importância dos bancários procurarem a entidade para saber dos seus direitos e, caso seja verificado que estão sendo desrespeitados, entrem com ação na Justiça para garanti-los”, afirmou o diretor do Sindicato, Ronaldo Gonzaga.

Bancários têm até 31 de agosto para pedir folga assiduidade



Os bancários que ainda não aproveitaram o abono assiduidade têm até o dia 31 de agosto para fazerem a solicitação. Tem direito ao dia de folga, o trabalhador sem falta injustificada entre 1º de setembro de 2016 a 31 de agosto de 2017, e com no mínimo um ano de vínculo empregatício com a instituição financeira. A conquista é uma vitória da categoria prevista na Convenção Coletiva de Trabalho (CCT). A data escolhida não pode ser imposta ao trabalhador. Ela deve ser um consenso entre o bancário e o gestor ao qual é subordinado. Caso o bancário tenha dificuldade em marcar por intransigência do supervisor, deve denunciar aos Sindicatos.

O banco que já concede qualquer outra folga, como “faltas abonadas”, “abono assiduidade”, “folga de aniversário”, fica desobrigado de conceder o abono.

BANCÁRIO

Presidenta: Adriana Nalesso – **Sede** – Av. Pres. Vargas, 502 /16º, 20º, 21º e 22º andares - CEP 20071-000 – Centro – Fax (Redação): (021) 2103-4112 – **Sede Campestre** - R. Mirataia, 121 - Tel: 2445-4434 (Pechincha/Jacarepagua) – **Secretaria de Imprensa** (imprensa@bancariosrio.org.br) – Vera Luiza Xavier (Banerj/Itaú), coordenador responsável **Coletivo de Imprensa:** Ronald Carvalhosa (Banerj/Itaú), Marcelo Ribeiro (Unibanco/Itaú), José Pinheiro (Banerj/Itaú) - **Editor:** Carlos Vasconcelos - MTb 21335/RJ - **Redatores:** José Eurides de Queiroz - Mtb 11.732 SP, Olyntho

Estagiário: Gabriel de Oliveira - **Ilustrador:** Julio Mariano - **Diagramadores:** Marco Scalzo e Fernando Xavier - **Fotos:** Nando Neves - **Secretário de Imprensa:** Celedon Broca – Secretaria de Cultura (cultural@bancariosrio.org.br) - Tel.: 2103-4150 – Secretaria de Bancos Públicos (bancospublicos@bancariosrio.org.br) Tels.: 2103-4122/4123 – Secretaria de Bancos Privados (bancosprivados@bancariosrio.org.br) Tels.: 2103-4121/4124/4172 – Secretaria de Saúde (saude@bancariosrio.org.br) Tels.: 2103-4110/4116/4149/4176 – Secretaria do Jurídico (juridico@bancariosrio.org.br) Tels.: 2103-4104/4125/4128/4173 – **Impresso na 3 Graph - Distribuição Gratuita - Tiragem: 18.000**

CONQUISTAS AMEAÇADAS

Caixa não apresenta propostas, não garante manutenção de direitos e nem a PLR Social

Apesar de frustrar os empregados na segunda mesa de negociação, banco promete manter diálogo com empregados

A direção da Caixa Econômica Federal manteve a mesma postura intransigente na segunda mesa de negociação com os empregados, realizada na sexta-feira, dia 20, em Brasília. O banco não apresentou nenhuma proposta concreta e tudo indica que só vai trazer proposições no prazo final das negociações, até o dia 1º de agosto. Apesar do jogo duro, os representantes da empresa sinalizaram que poderão negociar a manutenção de direitos previstos no atual acordo da Convenção Coletiva de Trabalho, e em relação à PLR (Participação nos Lucros e Resultados), inclusive a PLR Social, uma conquista importante dos trabalhadores da Caixa. Apesar de concordar em manter o diálogo nas questões específicas, o banco deixou claro que vai aguardar a posição da Fenaban (Federação Nacional dos Bancos) em relação à proposta geral para a categoria para apresentar respostas às demandas próprias dos empregados, inclusive sobre a PLR.

“A Caixa, em nossa segunda rodada de negociação já deveria apresentar uma proposta. Na verdade, não temos nada para levar aos empregados e a única saída é fortalecer a mobilização para pressionarmos o banco a tratar os trabalhadores com respeito”, afirma o diretor da Federação dos Trabalhadores do Ramo Financeiro (Fetraf-RJ/ES), Ricardo Maggi, que participou da reunião na capital federal.

DEMANDAS SEM RESPOSTA

Os representantes dos empregados cobraram o fim da discriminação de gênero, com o fim da possibilidade do descomissionamento de gestantes, além da manutenção da titularidade da função pelos empregados doentes na licença mé-

Nando Neves



Ricardo Maggi: “Somente com o fortalecimento da mobilização, os empregados conseguirão arrancar uma proposta da Caixa e preservar os direitos”

dica. Reivindicaram ainda ampla defesa nos processos disciplinares, não punindo preliminarmente os trabalhadores. Atualmente, o empregado que recorre corre o risco de ter a pena piorada. Os sindicatos querem também um debate sobre os funcionários da carreira administrativa e profissional, que representa 90% dos Bancários e o fim do descomissionamento arbitrário. Cobraram ainda a garantia de um delta por ano por antiguidade dos empregados, o que foi rejeitado pelo banco, que aceitou a manutenção do atual modelo (a cada dois anos garante um delta de antiguidade e todo ano a discussão da sistemática por mérito).

PLR

Apesar de não apresentar proposta para nenhum item na mesa, o banco sinalizou que pretende, além de dialogar sobre cláusulas do atual acordo vigente, negociar a

manutenção das regras para a PLR e PLR Social.

“A direção da Caixa promete manter a negociação mas nos preocupa o discurso da empresa em relação ao teto previsto na Lei das

Estatais, novo marco regulatório que corta investimentos das estatais para conter os gastos públicos. Me parece uma desculpa para não atender as nossas demandas. Não temos garantia de nada até agora. Temos que fortalecer a mobilização para garantir nossos direitos”, acrescenta Maggi.

CAIXA 100% PÚBLICA

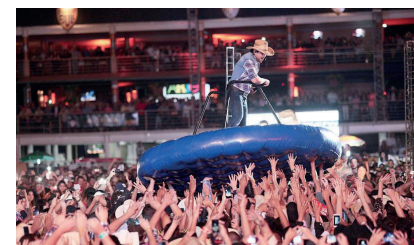
A questão dos limites dos gastos está sob a tutela da Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais do Ministério do Planejamento (Sest).

“A Caixa disse ainda que as propostas precisam passar também pelo Conselho de Administração, conforme aprovado no novo estatuto. Esperamos que não haja empecilhos para que a empresa atenda as nossas reivindicações. É fundamental também manter a Caixa 100% pública”, conclui Maggi.

TURISMO

Restam poucas vagas para a Festa do Peão, em Barretos

A Secretaria de Cultura, Esportes e Lazer do Sindicato realizará um passeio, de 16 a 19 de agosto, para quem curte ou deseja ver de perto a Festa do Peão, em Barretos, interior paulista, a mais famosa do gênero, no Brasil. Para adultos o valor do pacote custa R\$ 1.600. Já bancários sindicalizados terão desconto, com o valor de R\$ 1.480 por pessoa, já incluídos duas noites no Hotel Lírio d'água, em Olímpia, com meia pensão, dois ingressos para o parque do Peão, e ônibus com



Barretos, a melhor Festa de Peão do país é o roteiro do Sindicato para o mês de agosto

banheiro, DVD, serviço de bordo e ar condicionado.

Mais informações pelos telefones 2103-4150/4151.

Quarta-feira, 25, empregados vestirão branco em defesa do Saúde Caixa

Participe desta mobilização você também. Somente com unidade e participação os empregados poderão garantir todos os seus direitos

Poucos avanços na negociação sobre saúde

Foto: Guina Ferraz

Houve pouquíssimos avanços na negociação desta segunda-feira (23/7), em Brasília, sobre as cláusulas referentes a saúde, condições de trabalho e segurança da minuta específica dos funcionários do Banco do Brasil. Em poucos pontos o banco caminhou para o entendimento, entre eles a concordância em que os correspondentes bancários não façam seu trabalho dentro das agências.

A reivindicação do movimento sindical é de que cesse este tipo de trabalho precário através de contratados terceirizados.

Na rodada, os representantes do BB apresentaram proposta de flexibilização do horário de almoço. Os funcionários com jornada de seis horas, que hoje têm 15 minutos para o lanche, passariam a ter até 30 minutos. Os de oito horas com tempo de almoço entre 1 e 2 horas, passariam para de 30 minutos a 2 horas. Para Rita Mota, diretora do Sindicato e integrante da Comissão de Empresa, que negocia com o banco, não haverá problema em aceitar, contanto que a opção seja do funcionário. “Se for garantido que nada será imposto, não vejo problema”, comentou. Mas na mesa de negociação, não houve resposta conclusiva sobre o assunto.

CASSI

Para desmentir, mais uma



Rita Motta (E) participou da mesa negociação sobre saúde, em Brasília, na última segunda-feira

vez, a afirmação disseminada pela diretoria do BB de que as entidades representativas do funcionalismo não têm proposta de sustentabilidade da Caixa de Assistência dos Funcionários (Cassi), a Comissão de Empresa agora a apresentou na mesa de negociação específica. “Queremos discutir este assunto, que é de suma importância, na mesa de negociação específica. O BB dizia que não tínhamos proposta, apresentamos novamente”, afirmou.

Dentre as premissas estão a manutenção do critério da solidariedade do plano da Cassi, colocando de lado a ideia do banco de cobrar por dependen-

te; manter a proporcionalidade contributiva (40% associados e 60% para o BB); bem como a composição da diretoria paritária, composta de eleitos e indicados pelo BB.

MESAS TEMÁTICAS

Na rodada passada, o banco tinha aceitado a criação de mais duas importantes mesas temáticas de negociação permanente: de saúde e modelo digital. Nesta segunda-feira, aceitou estudar a abertura de mais uma que discutiria especificamente questões relativas aos funcionários originários de bancos que se fundiram com o BB: Nossa

Caixa, Banco de Santa Catarina (Besc) e Banco do Piau (Bep).

Segundo Rita Mota, o funcionalismo do banco deve ficar atento às negociações. Acompanhar os informativos e participar das mobilizações da campanha, não apenas as da negociação específica, mas também que vem acontecendo entre o Comando Nacional dos Bancários e a Fenaban.

Nova rodada sobre Saúde, Condições de Trabalho e Segurança deverá ser marcada. Por enquanto, consta do calendário: 26/7, em São Paulo, Emprego, Cláusulas de Relações Sindicais e Sociais; e dia 3/8, também em São Paulo, Cláusulas Econômicas.

Bancos continuam a pagar salários inferiores para mulheres

A desigualdade de gênero revela a discriminação no mercado de trabalho e no setor bancário não é diferente. As 6.729 mulheres admitidas nos bancos no primeiro semestre de 2018 receberam, em média, R\$ 3.451,91. Esse valor corresponde a 71,1% da remuneração média dos 7.219 homens contratados no mesmo período. A diferença na remuneração

é observada também nos desligamentos. As 8.338 mulheres desligadas dos bancos recebem, em média, R\$ 5.570,62, o que representou 74,2% da remuneração média dos 8.456 homens desligados dos bancos.

“Os bancos discriminam as mulheres. É uma anomalia histórica e inaceitável. O Brasil continua a ser um país machis-

ta”, afirma a diretora do Sindicato, Vera Luiza Xavier, diretora da Secretaria de Imprensa e Comunicação Social da entidade.

ROTATIVIDADE

A estratégia dos bancos demitirem trabalhadores mais antigos, com salários mais altos e contratar novos, para reduzir custos com mão-de-obra, con-

tinua, mantendo a alta rotatividade no setor. A faixa etária dos novos contratos é de até 29 anos (5.142 Vagas), em especial entre 18 e 24 anos. Acima de 30 anos, todas as faixas apresentaram saldo negativo, ao todo, menos 7.988 postos de trabalho, com destaque para a faixa de 50 a 64 anos, com fechamento de 3.958 postos no período.